ça acaba por reproduzir situações já vivenciadas e observadas em situações anteriores.
Os jogos e as brincadeiras sempre estiveram presentes na vida do ser humano como forma de alegria e prazer, mas nem sempre foram considerados como um fator fundamental no processo ensino aprendizagem.
A educação contemporânea traz muitos desafios não podendo estagnar-se em uma única e exclusiva metodologia de ensino, é preciso utilizar-se de todos os recursos possíveis para que a escola transforme-se em um lugar especial que desperte na criança a vontade de aprender e os jogos e brincadeiras podem contribuir nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar afeta a confiança, a inteligência e a capacidade de articulação da criança, dando a chance de praticar o que está sendo aprendido.
Percebe-se que o brincar é uma das principais maneiras pelas quais as
crianças aprendem e se desenvolvem. Ajuda a construir a auto - estima, dando à

criança uma noção de suas próprias habilidades e se sentir bem consigo mesma. Por ser divertido, as crianças geralmente ficam muito absortas no que estão fazendo.
As crianças pequenas podem desenvolver muitas habilidades por meio do poder da brincadeira. Eles podem desenvolver suas habilidades de linguagem, emoções, criatividade e habilidades sociais. Brincar ajuda a nutrir a imaginação e a dar à criança um senso de aventura. Com isso, eles podem aprender habilidades essenciais, como resolução de problemas, trabalhar com outras pessoas, compartilhar e muito mais. Por sua vez, isso os ajuda a desenvolver a capacidade de concentração.
Conclui-se que o brincar é uma parte essencial da vida de cada criança e é vital para o gozo da infância, bem como para o desenvolvimento social, emocional, intelectual e físico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998. V. 2.
FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física. 4ºed. São Paulo: Scipione, 2002.
GOLDSCHMIED, E.; JACKSON, S. O cesto de tesouros. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.
LEAL, Florência de Lima. A importância do lúdico na educação infantil. Universidade Federal do Piauí – UFPI/Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Picos (PI)2011. Disponível em:

http://www.ufpi.br/subsiteFiles/picos/arquivos/files/Monografia%20%20Corrigid.pdf. Acesso em 05 dez 2020.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludopedagogia, Educação e Ludicidade. Ensaio.
Gepel – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Ludicidade. p. 57. Salvador: FACED/UFBA, 2000.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.
VELASCO, Calcida Gonsalves. Brincar: o despertar psicomotor, Rio de Janeiro:
Sprit, 1996.
VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins, 1984.

AUTONOMIA DO ALUNO COMO AÇÃO DEMOCRÁTICA

EMERSON BRAGA DE ALMEIDA1

RESUMO
O presente estudo tem em seu cerne a busca de ambientes que favorecem a autonomia do aluno ao longo de ações democráticas promovidas pela escola. É importante contextualizar essa discussão, considerando que, nos dias atuais, os alunos são convidados a serem protagonistas da própria aprendizagem. Contudo, a motivação para essa autonomia parte de ações que a escola promove. No ambiente presencial, o aluno sempre fora delineado como o receptor de direcionamentos. Atualmente, outras modelagens de ensino, como o ensino híbrido e o EaD, sugerem o comportamento autônomo, menos dependente das diretrizes do professor e da escola, dando passos para a construção da sua aprendizagem. Tendo em vista essas considerações iniciais, pretende-se investigar através da metodologia qualitativa na busca de referenciais metodológicos que mostrem como as instituições têm avançado na proposta de ações democráticas para que a autonomia desse aluno seja construída. Concluiu-se que essa proposta de transformar o aluno como autor da sua construção de ensino e aprendizagem só é possível quando a escola adota os limiares de uma gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática; Autono-

mia; Projetos ABSTRAT
The present study has at its core the search for environments that favor the student's autonomy throughout democratic actions promoted by the school. It is important to contextualize this discussion, considering that, nowadays, students are invited to be protagonists of their own learning. However, the motivation for this autonomy comes from actions that the school promotes. In the face-to-face environment, the student has always been designed as the recipient of directions. Currently, other teaching models, such as hybrid teaching and distance education, suggest autonomous behavior, less dependent on the guidelines of the teacher and the school, taking steps to build their learning. In view of these initial considerations, it is intended to investigate through qualitative methodology in the search for methodological references that show how institutions have advanced in the proposal of democratic actions so that the autonomy of this student is built. It was concluded that this proposal to transform the student as the author of his teaching and learning construction is only possible when the school adopts the thresholds of democratic management.

KEYWORDS: Democratic management; Autonomy; Projects.

1 Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEP

INTRODUÇÃO

Fala da autonomia do aluno traduz a necessidade de definir o lócus dessa palavra. Inicialmente, centra-se a questão da autonomia na responsabilidade do professor em sua prática de ensino, o qual é a fonte de onde podem emanar as ações para a construção da autonomia. Outra ponta das questões que envolvem a autonomia é o aluno. O que antes poderia incidir como um verdadeiro cabo de guerra que representaria metaforicamente a oposição de forças entre aluno e professor para compreender que está de fato no comando, agora precisa convocar novo cenário para esses personagens e este local para a distribuição é a escola.

A escola é a real propositora das ações que irão cessar com a disputa de poder e de comando, pois só dela virá uma ação a qual envolverá todos os protagonistas. Logo, essa ruptura de um mínimo cabo que tende a tracionar forças, irá compreender que todos precisam caminhar na mesma direção e, para isso, ela assume o leme.

Falar de autonomia, portanto, é compreender que ações escolares precisam se democratizar para que a participação desse aluno seja mais autônoma e possa conduzi-lo à construção de sua aprendizagem contando com o suporte do professor, o qual irá mediar esse processo e tendo a escola como o cenário.

Aqui, procura-se compreender quais são os fundamentos que o professor irá manejar para que ele possa formas as mentes e propor significativas ações para a sua prática, para motivar a participação dos alunos. A escola, por sua vez, repensa como ela motivará a participação docente, instaurar processos de escuta desse profissional e renovar os processos internos da instituição para que o exercício da autonomia também parte desse profissional.

A oposição de elementos desse cenário vem no viés de uma escola que pouca explora as ações democráticas e deixa de aproximar os conhecimentos para construir uma aprendizagem mais significativa.

A proposta da ação democrática é reverter esses paradigmas de uma escola tradicionalista, abrindo sulcos em que o senso crítico de seus participantes seja redimensionado para transformar essas realidades monolítica e tradicional e movimentar as peças rumo a novos saberes.

A criação de novos valores não pode ser isolada. A condução desses profissionais por meio das mediações, do descortinamento de agentes passivo é uma realidade atual e precisa na realidade desse aluno em prol da construção da autonomia.

O objetivo desse estudo é investigar quais são as ações democráticas que proporcionam a autonomia do aluno. Os objetivos específicos são:

- Entender o conceito de autonomia;

- Estudar a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (2008);

- Sondar quais são as ações que transformam a escola em um ambiente democrático.

Justifica-se o presente estudo pelas realidades atualmente vivenciadas no cenário da educação. Novas modelagens de ensino estão sendo implantadas e se tem discutido como implantar práticas voltadas para a sala de aula invertida e sala 360o, as quais se configuram como metodologias invertidas. Reflete-se que o ensino híbrido que será implantado e o EaD têm se tornando modalidades de ensino as quais exigem cada vez mais um comportamento autônomo mais intenso, diferenciando-se substancialmente do ensino presencial, no qual o modelo tradicional sugere que o aluno esteja nas dependências do conhecimento do professor. Logo, conversar a respeito das práticas das ações democráticas, docentes, em prol da construção da autonomia do aluno é relevante.

A pergunta que gravita em torno da problemática do estudo é: Como a escola pode promover ações democráticas que podem incentivar o processo de

construção da autonomia do aluno?

DESENVOLVIMENTO

Considerações iniciais sobre a autonomia

Buscando o significado da palavra autonomia no Michaelis online2, há várias definições relacionadas a campos distintos de conhecimento. Deteve-se em destacar duas definições gerais:
"1) Capacidade de autogovernar-se, dirigir-se por suas próprias leis ou vontade própria; soberania.
2) Liberdade moral ou intelectual do indivíduo; independência pessoal; direito de tomar decisões livremente."
Por outro lado, há a discussão de conferir à palavra no campo intelectual o significado de "independência". Alguns autores contestam que, apesar de se detectar que, muitas vezes, o aluno é dependente do sistema de ensino, por oposição, toma-se a palavra "independente" como um contraste dessa realidade. Para Rios (2002, p. 123) fala que:
"Autonomia não significa independência. Ela é sempre relativa, não no sentido que o senso comum dá a esse adjetivo. Afirma-se comumente que alguém tem uma autonomia relativa, ou uma liberdade relativa querendo com isso dizer-se que se em um pequeno grau de liberdade ou de autonomia. Ora autonomia e a liberdade são sempre relativas, isto é, elas são algo que se experimenta em relação, no convívio com outras pessoas."

Falar da autonomia presume, portanto, que ela não propõe um ruptura de padrões para tornar o indivíduo independente de uma realidade, mas sim, vivendo o seu caminho dentro dela, observando em que momento ele pode direcionar as suas escolhas e incorporá-las em uma realidade que está sendo construído. Com essa reflexão, volta-se a Rios (2002) que irá conceber a autonomia como um exercício na escola que é vivenciada por atividades pedagógicas proporcionadas pelos profissionais da educação.
A escola, reforça, Rio (2002) é o cenário principal para essa vivência. E na escola que o aluno irá exercitar a sua autonomia, não tornando-se alheio a ela em rupturas que sugiram dependências. Ele exercitará a relação que ele tem com os seus pares, com os seus professores, em momentos de convivência porque assumindo desafios existenciais na escola, com os seus grupos, ele começa a tecer o fio da autonomia que é a sua identidade para construir as suas competências pessoais.
Visitando a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Artigo 35, item II, vê- se que a autonomia que a escola prevê é a "preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico". Neste excerto, entende-se que a finalidade da construção da autonomia é colaborar para que esse aluno, através de ações pedagógicas em uma gestão democrática, possa desenvolver competências para que, futuramente, ele ingresse nas atividades em sociedade com autonomia.

2 Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/autonomia/, acessado em 21/11/2020

As habilidades que esse aluno busca desenvolver na escola propõe sim uma cultura trabalhista que irá perseguir esse aluno como requisições de uma sociedade capitalista que é a realidade da concepção educacional. Esse aluno entra nas exigências do capitalismo mundial e essa função da escola é crítica por repetir moldes ideológicos, porém, a realidade apresenta-se imutável porque o aluno será motivado a construir a sua autonomia para uma participação cidadã e, esta, favorece a realidade capitalista. (RIOS, 2002).
Outro autor consultado, Duarte (2002, p. 14) confere ao tema a seguinte definição:

A liberdade e a autonomia se experimentam em situações e elas não acontecem se há limites. Uma situação é uma articulação de limites e possibilidades. Podemos mesmo afirmar que se é tanto mais livre quanto mais se reduzam os limites e se ampliem as possibilidades que se encontram nas situações vivenciadas."

Esse excerto mostra que, essa autonomia com a dimensão da liberdade deixaria de sê-lo se há uma finalidade para a construção da capacidade desse indivíduo. A regulação do que ele pode produzir para a sociedade limita as suas possibilidades interiores. É requisitado que esse indivíduo se forme e tenha uma profissão. E que esse ofício muitas vezes tenha o reconhecimento do status social. Por esse lado, a liberdade e autonomia desse aluno já não valeria com autenticidade nas palavras de Duarte (2002).
A autonomia que se deseja construir parte da pessoalidade do aluno, de como ele irá efetivas as suas escolhas de forma democrática e com fundamentos sociais que irão valorizar as suas escolhas dando-lhe referências significativas. Os processos cotidianos os quais conduzirão os passos desse aluno no processo de construção da autonomia envolvem também redescobrir-se em seus valores construídos e que serão deveras naturalizados nas contribuições que ele pode dar para a sociedade.

Outras formas de conceber a autonomia do aluno centralizam-se nessa cobrança social de se tornarem mais maduros, ou seja, acaba tendo o seu significado pareado com a maturidade. Outros compreendem a ideia da autonomia com o advento da maturidade em que escolhas fazem com que esse indivíduo consiga relacioná-las com o processo maturacional interno e as requisições sociais externos. (RIOS, 2002).

As relações que esse aluno trava com o seu mundo exterior, e a escola é parte desse cenário, mensura-se por realidades que nem sempre são objetivas e exigirão que ele adote maneiras práticas, criativas de compreender como essa transformação prática ocorre ao longo do seu convívio. Para auxiliá-lo nesse processo, as práticas docentes também precisam ser aprimoradas em prol de calcar o seu individualismo em decisões que também têm consequências no coletivo. (DUARTE, 2002).

As histórias individuais na busca da autonomia e dessa construção que se entrelaça em ambiente individual e coletivo, abordam uma processualidade que aprimora o processo de escolha e decisão do aluno. A importância de motivá-lo a essas ações atitudinais são uma estruturação da autonomia, convidando-o a participar do coletivo com ações pensantes e não aleatórias ao seu meio e essa é a questão que melhor se faz compreender que o sinônimo de autonomia, em ambiente escolar, não é independência. É sim uma troca de saberes que está no âmbito da prática pedagógica e que irá estruturas essa autonomia processualmente. (DUARTE, 2002).

Os professores, ao aprimorarem as suas práticas fomentam os canais e as possibilidades de ajudar esse aluno em uma instituição ao longo das concepções que lhe são apresentadas no valor da sua autonomia e nas ações que a precedem. Valores como determinação, proatividade, partilha são bem-vindos ao longo dessas práticas que são entendidas como elementos essenciais que não permitirão o aluno viver um abismo entre seu mundo individual e o mundo social de forma aleatória.

A escola, junto com o docente e a renovação de suas práticas, irá renovar a realidade e ajudar esse aluno a apropriar-se de sua realidade e se tornar responsável por compreender quais as transformações podem impactar a sua história ao longo das ações escolares. O aluno, no processo inverso da alienação, aprende com escola e mediação docente que ele pode tomar as suas decisões de forma autônoma acerca do caminho de ação. Aguiar (2001, p. 96) fala que a forma que a escola pode intervir é propondo formas de transformar a relação que ele tem com o mundo:

“O homem está em relação com este mundo, atua interferindo no mundo (atividade) e, ao mesmo tempo, é afetado por esta realidade, constituindo seus registros. O mundo psicológico, portanto, se constitui a partir da relação do homem com o mundo objetivo, coletivo, social e cultural. A humanidade necessária para que o homem se torne humano está na cultura, nas coisas construídas pelo homem que se objetivaram na cultura, nas relações sociais, nos outros, novas formas de vida, no meio, que é um meio humano, porque construído pela atividade humana, pelo trabalho.”

Há, deveras uma dimensão psicológica no trecho exposto pelo autor, todavia, compreender-se que o ponto principal dele ´e mostrar que a atividade pedagógica pode e deve ser sempre ressignificada pela escola e como que ela irá constituir o humano em suas relações subjetivas com o mundo que é uma realidade objetiva. Essa atividade constante é que irá motivar o professor a conceber contínua modificação em sua prática docente e a escola na oferta de canais que retroalimentem a ação democrática.

Assim, o pensamento que gera nesse indivíduo a necessidade de transformação o convida a rever sempre o seu processo, estruturando a sua autonomia. Esta não e adquirida em um passe de mágica e com o aparecimento de fatores externos. Ela se constituirá sempre nessa relação do homem com o mundo e como as perspectivas lhe são redimensionadas. A dialética do encontro entre os elementos da tríade aluno – docente – escola terá como produto o agir desse aluno em sua socialização de experiências. (AGUIAR, 2001)

Essa busca é constante. A consciência do aluno se aprimora nessas vertentes do ensino e das práticas docentes que vão surgindo desde as práticas docentes até as ações democráticas que, na realidade, são eventos interdependentes cuja finalidade e compreender que o aluno está a todo tempo buscando algo que lhe satisfaça, que lhe preencha no meio escolar e ele executa, exterioriza a busca de forma que elas sejam reguladas por agentes do meio escolar.

Falando dessa ação do sujeito, Aguiar (2006, p. 7) saliente que essa é uma busca incessante e que, interpretando os movimentos do aluno na sua direção, compreende-se a possibilidade de oferecer-lhe proposta de se relacionar com o meio:

“A ação do sujeito no mundo a partir das suas necessidades, só vai se completar quando o sujeito significar algo no mundo social como possível de satisfazer suas necessidades. Aí sim, este objeto vai ser vivido como algo que impulsiona/direciona, que motiva o sujeito para ação na direção da satisfação de suas necessidades. Tal movimento, ou

seja, a possibilidade de realizar uma atividade, que vá na direção da satisfação das necessidades, com certeza modifica o sujeito, criando novas necessidades e novas formas de atividade.”

Essa busca do aluno em direção à satisfação de suas necessidades deve ser interpretada pela escola e pelos professores como um processo no qual as intervenções desses agentes possam torná-la positiva, retroalimentando a consciente autonomia e necessidade desse aluno na realidade escolar que ele vive. Não diz respeito a satisfazer vontades, mas mediar a aprendizagem de forma que ele possa entender a sua necessidade, tendo como ponto de partida as suas aspirações e como que ele se relacionou com as suas subjetividades para alcançá-las.

A concepção de Paulo Freire sobre a autonomia na escola na ação democrática

Paulo Freire (2005) é referência no tocante à autonomia do processo escolar e como que esse sujeito irá trocar com a realidade que o cerca e com ela aprender. O processo educativo para ele, precisa desenvolver a capacidade crítica e ele vociferou em seu livro, a Pedagogia da Autonomia, contra os sistemas que anulavam o processo de construção crítica desse aluno, excluindo-o das decisões sobre o seu próprio processo de ensino e aprendizagem.

Por esse prisma, compreende-se que o professor precisa mudar a sua prática, absorvendo a gestão democrática em prol de conceber a educação e o processo educacional como uma realidade que ir’ ajudar o aluno a apropriar-se do conhecimento.

Feire (2005) fala que o sonho é um ato que envolve esse aluno não somente em um ambiente onírico. Ele e um ato que traz o educando para a realidade, com todas as conquistas. Para o autor:

“[…] sonhar não e apenas um ato político necessário, nas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e de homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha permanente processo de tornar-se. Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção do mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança.” (FREIRE, 2005, p. 91)

Freire (2005) fala de uma socialização que irá construir com o desenvolvimento do aluno através de uma concepção conduzida por uma perspectiva democrática, de cooperação entre os pares e da forma como eles se relacionam. Dessa forma, a educação assume uma perspectiva humanizadora que, necessariamente, abrange as ações educativa vislumbrando a participação cidadão na transformação dos conhecimentos. Para o educador, esse seria o viés da autonomia.

Esse encontro com sua realidade e com a realidade do ouro irá fornecer um capital sólido para o processo formativo nas ações democráticas. A partilha de saberes também é uma forma de se apropriar do conhecimento e conquistar autonomia, no planejamento, no desenvolvimento e em formatos diversificados que podem direcionar esse aluno para metas.

Quando se fala em uma orientação para metas na educação, reveste-se desse processo a extinção de modelos prévio que condicionem em vez de motivar os alunos a resolverem os seus problemas para atingi-las. As metas são o direcionamento do processo educativo e não apenas gamificação de unidades de ensino, as quais poucas vezes irão dar relevâncias ao que o meio social apresenta para o aluno. Algumas vezes, a realidade pode ser desvirtuada e o que se propõe em constituição de metas é que o aluno não esteja somente em contato com realidades virtualizadas, mas sim que as tornem objetivas e que estejam coerentes com o desenvolvimento social de forma objetiva como supracitada. Para que essa realidade não se perca, Freire (2005, p. 89) propõe a presença constante de uma relação dialógica entre aluno e professor:

“O fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. Neste sentido, o bom professor é o que consegue enquanto fala, trazer o aluno tendo a intimidade do movimento de seus pensamentos. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanha as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, dúvidas, suas incertezas. “(FREIRE, 2005, p. 89)

O desafio que Freire (2005) interpõe a uma discussão da autonomia é a representação da meta e da forma como a ação docente irá contribuir para com a importância da relação dialógica desse sujeito com a sua caminhada histórica junto ao seu professor. As modificações dessa relação devem ser recíprocas: tanto professor e aluno mudam a sua realidade e ganham plenitude na construção da experiência.

Assim, as ações democráticas iniciam e perpetuam em sala de aula, porque a presença de ambos irá sempre trazer novas experiências a considerar a dimensão humana que se vive em sociedade.
A sociedade, o meio social ao qual se refere o autor, nem sempre abraça caminhos democráticos. Nem sempre incluem esse sujeito com as suas conquistas, mas sim padronizam a forma de aprendizagem sem que esse indivíduo possam mudá-la através do seu autodesenvolvimento, da sua condições social, Por isso, Freire (2005) fala que a apropriação de saberes é que forma o processo liberatório que garante autonomia, uma
vez que esse jovem nem sempre irá encontrar eco democrático na sociedade para a qual ele se preparou a vida escolar inteira.
Mediante essa realidade, o aluno também se apropria de saberes para antecipar realidades sociais as quais lhe serão apresentadas em um meio heterogêneo. Nesse contexto, de inserção do indivíduo em um meio, pela forma educacional e como que a instituição escolar irá apresentar essa heterogeneidade, é importante conceber que a ação democrática deve ser incisiva a partir de modelos que irá lidar, antes de tudo com os fatores relativos à diversidade. Como Freire (2005) as ações democráticas também partem do educador porque ele é a voz motivadora a qual o aluno irá partilhar uma educação dialógica:

"O educador democrático não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Mas de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica que devem se aproximar dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada a ver com o discurso bancário meramente transferindo do perfil do objeto e do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo." (FREIRE, 2005, p. 13)

Com isso, o autor fala que partilhar de uma educação dialógica não é apenas transferir conteúdo e supor que essa forma de privilegiar dados irá preparar o aluno para ao inserção em meio social. Freire (2005) fala que a socialização desse aluno está acima disso porque ele precisa ter a capacidade crítica de identificar as possibilidades de interação e comunicação em uma sociedade que não é gerida de forma democrática.
Abre-se um parêntese para discutir que a escola, muitas vezes, é esse meio social que rema contra as ações democráticas. Quando ela pensa que a criança precisa ter as suas vontades todas satisfeitas, ela não é democrática porque a democracia consiste em permitir que todos tenham acesso à educação, à moradia e alimentação, dentro outros processos que incluem e autotransformam o sujeito. A escola, deixa de ser uma instituição democrática quando ela coloca para o aluno que ele precisa de uma nota qualitativa para ser aprovado em um meio. Dessa forma ela padroniza um processo que excluirá alguns alunos porque nem todos têm a mesma habilidade e pode apresentar os mesmos resultados. Essa forma de avaliar tem sido questionada em escolas que começam a adaptar os seus modelos para uma gestão democrática.
Freire (2005) salienta que a ação democrática permite que múltiplas interações ocorram e que sejam entrelaçadas pelos diálogos. Esse perfil de relações sociais criam um processo dialético o qual constitui o cenário da ação democrática na instituição escolar e colabora para a autotransformação do sujeito. A relação dialógica presume a distância da neutralidade e aproximação da criticidade no processo de ensino.

"O pensar certo sabe, por exemplo, que não é a partir dele como um dado, que se transforma a prática docente crítica, mas sabe também que sem ele não se fundamenta aquela. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea produz." (FREIRE, 2005, P. 17)

Assim o professor que assume a vertente dialética é essa mola da ação democrática e que irá estimular atos como cooperação, dialogismo, empatia oposto ao que a ação pedagógica tradicional cobrava dos docentes. A sociedade democrática precisa desses valores para a habilitar a autonomia e a forma de qualificar-se mediante a processos importantes que a sociedade irá cobrar como a tomada de decisões e vivência de todos esses processos com ética.
Voltando a Rios (2002) para se falar do mundo que é permeado por ações coletivas, contextualiza-se a ética como elemento essencial para a formação humana e também como pilar da ação democrática. Assim, o que se pré-ordena nessa realidade é a possibilidade, antes de tudo, de compreendê-la como um ambiente que já tem uma organização, modelos, que tem os seus ditames e que irá convidar esse sujeito a dialogar com essas estruturas, compreendendo o que se insta nesse ambiente.
Assim é a escola. Um ambiente pré-ordenado, com seus modelos e ditames, porém que não precisa deixar de realizar ações que permitam novas construções, novas relações que podem modificar aquele espaço através de ações intersubjetivas que vão interagindo e comunicando as suas necessidades e que nesse processo irão interiorizar e exteriorizar

as suas necessidades. Destarte, irão adquiria novos preceitos e novas formas de transmitir modelos porque a relação dialética que travam é substantivamente múltipla. (RIOS, 2002).
O que é importante conceber dessa dimensão na pedagogia da autonomia freiriana é que ação democrática na escola precisa construir ações que façam vigora a construção de um processo identitário porque é ele que trará uma pedagogia libertadora:

"A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não se pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo,"

Freire (2005) fala de uma pedagogia progressista baseada em projetos e que consiste na socialização dos aspectos cognitivos que irão resultar na apropriação de um conhecimento que foram reordenados no contexto da ação democrática escolar. A ação democrática é imprescindível para que o estabelecimento dê o vigor ao processo de construção identitária dos alunos. A identidade anda lado a lado com a autonomia.
O contexto educacional movido pela socialização irá propor socialização cognoscitivas de diversos níveis, permeados pelo dialogismo buscando maiores possibilidades de desenvolvimento. Duarte (2002) fala que uma pedagogia voltada para projetos mobiliza a ação docente na possibilidade criação de metas as quais motivação o discente e o desenvolvimento de sua autonomia.
A compreensão da pedagogia para uma dimensão de projetos envolve o aluno desde a sua idealização até a sua concretização. Essa prática transforma os agentes de uma realidade que é pré-moldado, que tem seus ditames e sua regra, porém que pode desprover-se de uma pré-história opressora para reconstruir modelos, auxiliando o aluno a imergir em um processo crítico para perseguir sua identidade de grupo. (FREIRE, 2005).
Logo a ação pedagógica voltada para projetos irá ser indissociável da busca pela autonomia porque é através dessa construção de projetos que a escola poderá prover ao aluno a busca continua pela sua autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi motivado pela necessidade de se contextualizar a autonomia em uma pedagogia escolar, considerando os agentes educacionais – aluno, professor e escola – em um ambiente democrática. Para isso, discutiu-se conceitos relacionados ao processo de autonomia, diferenciando de uma independência e aproximando-o de um processo de interdependência uma vez que o aluno precisa relacionar-se de forma objetiva com os seus pares.,
A pedagogia quando assume a possibilidade de oferecer projetos, ela passa a ser não somente inclusiva, mas também em trabalhar a formação desse aluno na sua caminhada pela equação em contexto de formação crítica e libertadora. Face a novos modelos educacionais, a aprendizagem por autonomia será essencial para que esses alunos estejam envolvidos em um processo que realmente forme habilidades.
A formação do indivíduo autônomo em um processo de ação escolar democrática prescinde da sua participação desse aluno na conscientização da tomada de decisões em um determinado contexto que é justo, pacífico e democrático. Assim, a escola precisa priorizar a sua esfera de renovação compreendendo que dessa forma ela possibilitará a construção coletiva de saberes.
A instituição escolar de forma que pondera as ações docentes para uma prática pedagógica que voltada para a educação progressista, confere a si o cenário para contemplar as ações mediadores pelo viés democrática para a construção da autonomia como canal libertário.
A autonomia não é independência assim como não se aproxima do processo de autoritarismo e se opõe a este porque reconhece que representa a possibilidade de escolha e decisões que o aluno terá ao longo do seu processo de formação. E isso é o construto social, pautado pelas relações dialógicas e que promovem: cidadania, dignidade e participação social com iniciativas livres de uma capital que insiste em padronizar saberes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da construção social. São Paulo: Cortez, 2006.
DUARTE, N. O aprender a aprender: críticas às apropriações neoliberais e pós- modernas. Campinas: Autores Associados, 2002.
FREIRE, P. A pedagogia da autonomia. Editora Paz e Terra, 2005.
RIOS, T. Compreende e ensinar - por uma docência de melhor qualidade. São Paulo: Hacker Editores, 2002.